

Carta de Belém

Somos organizações e movimentos sócio-ambientais, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e camponesa, agroextrativistas, quilombolas, organizações de mulheres, organizações populares urbanas, pescadores, estudantes, povos e comunidades tradicionais e povos originários que compartilham a luta contra o desmatamento e por justiça ambiental na Amazônia e no Brasil. Reunimos-nos no seminário “Clima e Floresta - REDD e mecanismos de mercado como solução para a Amazônia?”, realizado em Belém em 02 e 03 de outubro de 2009, para analisarmos as propostas em curso de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) para a região à luz de nossas experiências sobre as políticas e programas implementados na região nas últimas décadas. Nesta Carta vimos a público manifestar nossa reivindicação que o governo brasileiro rejeite a utilização do REDD como mecanismo de mercado de carbono e que o mesmo não seja aceito como compensação às emissões dos países do Norte.

Rechamos os mecanismos de mercado como instrumentos para reduzir as emissões de carbono, baseados na firme certeza que o mercado não é o espaço capaz de assumir a responsabilidade sobre a vida no planeta. A Conferência das Partes (COP) e seus desdobramentos mostraram que os governos não estão dispostos a assumir compromissos públicos consistentes, transferem a responsabilidade prática de cumprimentos de metas, além do que notoriamente insuficientes, à iniciativa privada. Isso faz com que, enquanto os investimentos públicos e o controle sobre o cumprimento de metas patinem, legitima-se a expansão de mercado mundial de CO₂, que aparece como uma nova forma de investimento de capital financeiro e de sobrevida a um modelo de produção e de consumo falido.

As propostas de REDD em debate não diferenciam florestas nativas de monoculturas extensivas de árvores, e permitem aos atores econômicos – que historicamente destruíram os ecossistemas e expulsaram as populações que vivem neles – encontrarem nos mecanismos de valorização da floresta em pé maneiras de continuar com e fortalecer seu poder econômico e político em detrimento dessas populações. Além disso, corremos o risco que os países industrializados não reduzam drasticamente suas emissões pela queima de combustíveis fósseis e mantenham um modelo de produção e de consumo insustentáveis. Precisamos de acordos que obriguem os países do Norte a reconhecerem a sua dívida climática e a se comprometerem com a reparação da mesma.

Para o Brasil, as negociações internacionais sobre clima não podem estar focadas no debate sobre REDD e outros mecanismos de mercado e sim na transição para um novo modelo de produção, distribuição e consumo, baseado na agroecologia, na economia solidária e numa matriz energética diversificada e descentralizada, que garantam a segurança e soberania alimentar.

O desafio central para o enfrentamento do desmatamento na Amazônia e em outros biomas do país é a solução dos graves problemas fundiários, que estão na raiz dos conflitos sócio-ambientais. O desmatamento - resultante do avanço das monoculturas, das políticas que favorecem o agronegócio e um modelo de desenvolvimento voltado à exploração predatória e exportação de recursos naturais - só será evitado com a resolução da questão fundiária, a partir de uma Reforma Agrária e de um reordenamento territorial em bases sustentáveis, e do reconhecimento jurídico dos territórios dos povos e comunidades tradicionais e povos originários.

Temos outra visão de território, desenvolvimento e economia, que estamos construindo ao longo do tempo, articulando o uso sustentável da floresta e o livre uso da biodiversidade. Faz-se necessário um conjunto de políticas públicas que permitam o reconhecimento e valorização dessas práticas tradicionais, baseadas na convivência entre produção e preservação ambiental.

Nos comprometemos a seguir lutando a partir destas premissas, e para que todo e qualquer mecanismo de redução do desmatamento esteja inserido em uma visão abrangente de políticas públicas e fundos públicos e voluntários que viabilizem nossos direitos e a vida na Amazônia e no planeta.

Assinam:

Amigos da Terra – Brasil

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

Associação Agroecológica Tijupá

Associação Civil Alternativa Terrazul

APACC – Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

APA-TO – Alternativas para a Pequena Agricultura do Tocantins

CEAPAC - Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária

CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

COFRUTA – Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba

Coletivo Jovem Pará

Comissão Quilombola de Sapê do Norte – Espírito Santo

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FASE – Solidariedade e Educação

FAOC – Fórum da Amazônia Ocidental

FAOR – Fórum da Amazônia Oriental

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

FMAP – Fórum Mulheres Amazônia Paraense

FORMAD – Fórum Mato-Grossense pelo Desenvolvimento e Meio Ambiente

Fórum BR 163

Fórum Carajás

Fundo Dema

GIAS – Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável do Mato Grosso

GMB – Grupo de Mulheres Brasileiras

IAMAS – Instituto Amazônia Solidária e Sustentável

Instituto Terrazul

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará

MAMEP – Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MMNEPA – Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense

MMTA-CC – Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade

Movimento Xingu Vivo para Sempre

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos

RECID – Rede de Educação Cidadã

Rede Cerrado

Rede Alerta contra o Deserto Verde

SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Abaetetuba

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Cametá

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Lucas do Rio Verde – Mato Grosso

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Santarém

Terra de Direitos

UNIPOP – Universidade Popular

Via Campesina Brasil

Belém, 02 e 03 de outubro de 2009

Belém Letter

We are socio-environmental organizations and movements, male and female workers in family and peasant agriculture, agroextractivists, members of *Quilombola* (descendants of runaway slaves) communities, women's organizations, urban grassroots organizations, fishermen and women, students, traditional peoples and communities, and native peoples sharing the struggle against deforestation and for environmental justice in the Amazon and in Brazil at large. We gathered at the seminar "*Climate and Forest - REDD and market-based mechanisms as a solution for the Amazon?*," held in Belém, state of Pará, Brazil, on October 2-3, 2009, to analyze proposals for Reducing Emissions from Deforestation and Degradation (REDD) for the region in the light of our experiences with policies and programs implemented in the region in recent decades. In this letter, we are publicly calling on the Brazilian Government to reject the idea of using REDD as a carbon market-based mechanism and of accepting it as a means to compensate the emissions from Northern countries.

We reject the use of market-based mechanisms as tools to reduce carbon emissions based on the firm conviction that the market cannot be expected to take responsibility for life on the planet. The Conference of the Parties (COP) and its ensuing results showed that governments are not willing to take on consistent public commitments and that they tend to transfer the practical responsibility for achieving (notoriously insufficient) targets to the private initiative. As a result, public investments in and control of compliance with targets falter, while the expansion of a global CO₂ market is legitimized as a new form of financial capital investment and a means to ensure the survival of a failed production and consumption model.

The REDD proposals under discussion do not make any distinction between native forests and large-scale tree monoculture, and they allow economic actors – which have historically destroyed ecosystems and expelled populations from them – to resort to standing forest appreciation mechanisms to preserve and strengthen their economic and political power to the detriment of those populations. In addition, we run the risk of allowing industrialized countries not to reduce their fossil-fuel emissions drastically and to maintain an unsustainable production and consumption model. We need agreements to force Northern countries to recognize their climate debt and to assume the commitment to pay it off.

For Brazil, international climate negotiations should not be focused on discussing REDD and other market-based mechanisms, but rather on the transition to a new production, distribution and consumption model based on agroecology, on a solidarity-based economic approach, and on a diversified and decentralized energy matrix capable of ensuring food security and sovereignty.

The main challenge for addressing deforestation in the Amazon and in other biomes in Brazil lies in solving the serious land ownership problems facing the country, which are at the roots of its socio-environmental conflicts. Deforestation - resulting from the advance of monoculture and of policies that favor agribusiness and a development model based on the predatory exploitation and export of natural resources - can only be avoided if the land issue is appropriately addressed through a Land Reform and sustainable territorial reorganization measures, and if territories occupied by traditional peoples and communities and by native peoples are legally recognized.

We have a different vision on what territory, development and economics are all about, which we are building over time, based on the sustainable use of forests and free use of biodiversity. A set of public policies is necessary for ensuring recognition of and appreciation for traditional practices, on the basis of a balanced relationship between production and environmental preservation.

We are committed to keep on fighting for what we believe in the light of this vision and to make sure that any mechanism for reducing deforestation is based on a comprehensive set of public policies and public and voluntary funds that can ensure our rights and life in the Amazon and on the planet.

Signed by:

Friends of the Earth – Brazil
ANA – National Agroecology Articulation
Tijupá Agroecological Association
Terrazul Alternative Civil Association
APACC – Association in Support of Poor Communities of the State of Pará
APA-TO – Alternatives for Small-Scale Agriculture in the State of Tocantins
CEAPAC - Center in Support of Community Action Projects
CEDENPA – Center for Studies and Defense of Black People of the State of Pará
COFRUTA – Fruit Growers' Cooperative of Abaetetuba
Coletivo Jovem Pará
Sapê do Norte – State of Espírito Santo – Quilombola Committee
CONTAG – National Confederation of Agricultural Workers
CUT – Single Workers' Union
FASE – Solidarity and Education
FAOC – West Amazon Forum
FAOR – East Amazon Forum
FEAB – Federation of Agronomy Students of Brazil
FETAGRI – Federation of Agricultural Workers of the State of Pará
FETRAF – National Federation of Family Agriculture Workers of Brazil
FMAP – Forum of Women of the Amazon in the State of Pará
FORMAD – Forum for Development and Environment of the State of Mato Grosso
BR 163 Forum
Carajás Forum
DEMA FUND
GIAS – Sustainable Agriculture Exchange Group of the State of Mato Grosso
GMB – Group of Brazilian women
IAMAS – Instituto Amazônia Solidária e Sustentável (Solidarity-Based and Sustainable Amazon Institute)
MAB – Movement of People Affected by Dams
Malungu – Coordination of Associations of Communities of Descendants of Runaway Slaves (*Quilombos*) of the State of Pará
MAMEP – Women's Movement of the State of Pará
MMM – World Women's March
MMNEPA – Women's Movement of the Northeast Region of the State of Pará
MMTA-CC – Movement of Working Women of Altamira, state of Pará
Xingu Vivo para Sempre Movement
MST - Landless Movement
RBJA – Brazilian Environmental Justice Network
Brazil Network on Multilateral Financial Institutions
REBRIP – Brazilian Network for the Integration of the Peoples
RECID – Rede de Educação Cidadã (Citizenship Education Network)
Cerrado Network
Network Against Green Deserts
SDDH – Society for the Defense of Human Rights of the State of Pará
STTR - Rural Workers' Union - Abaetetuba
STTR – Rural Workers' Union - Cametá
STTR – Rural Workers' Union - Lucas do Rio Verde – State of Mato Grosso
STTR - Rural Workers' Union – Santarém
NGO Terra de Direitos (Land of Rights)
UNIPOP – Popular University Institute
Via Campesina Brazil

Belém, October 2-3, 2009

Carta de Belem

Somos organizaciones y movimientos socio-ambientales, trabajadores y trabajadoras de la agricultura familiar y campesina, agro- extractivistas, *quilombolas*, organizaciones de mujeres, organizaciones populares urbanas, pescadores, estudiantes, pueblos y comunidades tradicionales y pueblos originarios que comparten la lucha contra la deforestación y por la justicia ambiental en la Amazonía y en Brasil. Nos reunimos en el seminario “Clima y bosques: ¿ REDD y mecanismos de mercado como una solución para la Amazonía?” realizado en Belem do Pará los días 2 y 3 de octubre de 2009, para analizar las propuestas en negociación sobre Reducción de Emisiones por Deforestación y Degradación (REDD) para la región, teniendo como base nuestras experiencias sobre las políticas y programas implementados en la región en las últimas décadas. En esta carta hacemos pública nuestra reivindicación de que el gobierno brasilero rechace la utilización de REDD como mecanismo de mercado de carbono y que el mismo no sea aceptado como compensación por las emisiones del Norte.

Rechazamos los mecanismos de mercado como instrumentos para reducir las emisiones de carbono, basados en la firme creencia de que el mercado no es un espacio capaz de asumir la responsabilidad por la vida en el planeta. La Conferencia de las Partes (COP) y sus desdoblamientos mostraron que los gobiernos no están dispuestos a asumir compromisos públicos consistentes, que transfieren la responsabilidad práctica del cumplimiento de metas, notoriamente insuficientes, hacia la iniciativa privada. Con esto, mientras que las inversiones públicas y el control sobre el cumplimiento de las metas se diluyen, se legitima la expansión de mercado mundial de CO₂, que aparece como una nueva forma de inversión del capital financiero y de supervivencia de un modelo de producción y de consumo fracasado.

Las propuestas de REDD en debate no diferencian bosques nativos de monocultivos extensivos de árboles y le permiten a los actores económicos – que históricamente destruyeron los ecosistemas y expulsaron a las poblaciones que allí vivían – encontrar en los mecanismos de valorización de bosques en pie, formas para continuar con y fortalecer su poder económico y político en detrimento de esas poblaciones. Además, corremos el riesgo de que los países industrializados no reduzcan drásticamente sus emisiones por la quema de combustibles fósiles y mantengan un modelo de producción y de consumo insustentable. Precisamos acuerdos que obliguen a los países del Norte a reconocer su deuda climática y a comprometerse con la reparación de la misma.

Para Brasil, las negociaciones internacionales sobre clima no pueden estar centradas en el debate sobre REDD y otros mecanismos de mercado y sí en la transición hacia un nuevo modelo de producción, distribución y consumo, basado en la agro-ecología, en la economía solidaria y en una matriz energética diversificada y descentralizada que garanticen la seguridad y soberanía alimentaria.

El desafío central para enfrentar la deforestación en la Amazonía y en otros biomas del país es la solución de los graves problemas agrarios, que están en la raíz de los conflictos socio-ambientales. La deforestación – resultante del avance de los monocultivos, de las

políticas que favorecen al agro-negocio y a un modelo de desarrollo volcado a la explotación predatoria y exportación de recursos naturales – sólo será evitado con la resolución de la cuestión agraria, a partir de una Reforma Agraria y de una reordenación territorial con bases sustentables, y del reconocimiento jurídico de los territorios de los pueblos y comunidades tradicionales y pueblos originarios.

Tenemos otra visión del territorio, desarrollo y economía, que hemos estado construyendo a lo largo del tiempo, articulando el uso sustentable del bosque y el libre uso de la biodiversidad. Se hace necesario un conjunto de políticas públicas que permitan el reconocimiento y la valorización de esas prácticas tradicionales, basadas en la convivencia entre producción y preservación ambiental.

Nos comprometemos a seguir luchando desde estas premisas, y para que todo y cualquier mecanismo de reducción de deforestación esté inserido en una visión amplia de políticas públicas y fondos públicos y voluntarios que posibiliten nuestro derecho y vida en la Amazonía y en el Planeta.

Firmas:

Amigos da Terra – Brasil

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

Associação Agroecológica Tijupá

Associação Civil Alternativa Terrazul

APACC – Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

APA-TO – Alternativas para a Pequena Agricultura do Tocantins

CEAPAC - Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária

CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

COFRUTA – Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba

Coletivo Jovem Pará

Comissão Quilombola de Sapê do Norte – Espírito Santo

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FASE – Solidariedade e Educação

FAOC – Fórum da Amazônia Ocidental

FAOR – Fórum da Amazônia Oriental

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

FMAP – Fórum Mulheres Amazônia Paraense

FORMAD – Fórum Mato-Grossense pelo Desenvolvimento e Meio Ambiente

Fórum BR 163

Fórum Carajás

FUNDO DEMA

GIAS – Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável do Mato Grosso

GMB – Grupo de Mulheres Brasileiras
IAMAS – Instituto Amazônia Solidária e Sustentável
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará
MAMEP – Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MMNEPA – Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
MMTA-CC – Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade
Movimento Xingu Vivo para Sempre
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais
REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos
RECID – Rede de Educação Cidadã
Rede Cerrado
Rede Alerta contra o Deserto Verde
SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Abaetetuba
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Cametá
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Lucas do Rio Verde – Mato Grosso
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Santarém
Terra de Direitos
UNIPOP – Universidade Popular
Via Campesina Brasil

Belém, 02 e 03 de outubro de 2009

Carta de Belem

Somos organizaciones y movimientos socio-ambientales, trabajadores y trabajadoras de la agricultura familiar y campesina, agro- extractivistas, *quilombolas*, organizaciones de mujeres, organizaciones populares urbanas, pescadores, estudiantes, pueblos y comunidades tradicionales y pueblos originarios que comparten la lucha contra la deforestación y por la justicia ambiental en la Amazonía y en Brasil. Nos reunimos en el seminario “Clima y bosques: ¿ REDD y mecanismos de mercado como una solución para la Amazonía?” realizado en Belem do Pará los días 2 y 3 de octubre de 2009, para analizar las propuestas en negociación sobre Reducción de Emisiones por Deforestación y Degradación (REDD) para la región, teniendo como base nuestras experiencias sobre las políticas y programas implementados en la región en las últimas décadas. En esta carta hacemos pública nuestra reivindicación de que el gobierno brasilero rechace la utilización de REDD como mecanismo de mercado de carbono y que el mismo no sea aceptado como compensación por las emisiones del Norte.

Rechazamos los mecanismos de mercado como instrumentos para reducir las emisiones de carbono, basados en la firme creencia de que el mercado no es un espacio capaz de asumir la responsabilidad por la vida en el planeta. La Conferencia de las Partes (COP) y sus desdoblamientos mostraron que los gobiernos no están dispuestos a asumir compromisos públicos consistentes, que transfieren la responsabilidad práctica del cumplimiento de metas, notoriamente insuficientes, hacia la iniciativa privada. Con esto, mientras que las inversiones públicas y el control sobre el cumplimiento de las metas se diluyen, se legitima la expansión de mercado mundial de CO₂, que aparece como una nueva forma de inversión del capital financiero y de supervivencia de un modelo de producción y de consumo fracasado.

Las propuestas de REDD en debate no diferencian bosques nativos de monocultivos extensivos de árboles y le permiten a los actores económicos – que históricamente destruyeron los ecosistemas y expulsaron a las poblaciones que allí vivían – encontrar en los mecanismos de valorización de bosques en pie, formas para continuar con y fortalecer su poder económico y político en detrimento de esas poblaciones. Además, corremos el riesgo de que los países industrializados no reduzcan drásticamente sus emisiones por la quema de combustibles fósiles y mantengan un modelo de producción y de consumo insustentable. Precisamos acuerdos que obliguen a los países del Norte a reconocer su deuda climática y a comprometerse con la reparación de la misma.

Para Brasil, las negociaciones internacionales sobre clima no pueden estar centradas en el debate sobre REDD y otros mecanismos de mercado y sí en la transición hacia un nuevo modelo de producción, distribución y consumo, basado en la agro-ecología, en la economía solidaria y en una matriz energética diversificada y descentralizada que garanticen la seguridad y soberanía alimentaria.

El desafío central para enfrentar la deforestación en la Amazonía y en otros biomas del país es la solución de los graves problemas agrarios, que están en la raíz de los conflictos socio-ambientales. La deforestación – resultante del avance de los monocultivos, de las

políticas que favorecen al agro-negocio y a un modelo de desarrollo volcado a la explotación predatoria y exportación de recursos naturales – sólo será evitado con la resolución de la cuestión agraria, a partir de una Reforma Agraria y de una reordenación territorial con bases sustentables, y del reconocimiento jurídico de los territorios de los pueblos y comunidades tradicionales y pueblos originarios.

Tenemos otra visión del territorio, desarrollo y economía, que hemos estado construyendo a lo largo del tiempo, articulando el uso sustentable del bosque y el libre uso de la biodiversidad. Se hace necesario un conjunto de políticas públicas que permitan el reconocimiento y la valorización de esas prácticas tradicionales, basadas en la convivencia entre producción y preservación ambiental.

Nos comprometemos a seguir luchando desde estas premisas, y para que todo y cualquier mecanismo de reducción de deforestación esté inserido en una visión amplia de políticas públicas y fondos públicos y voluntarios que posibiliten nuestro derecho y vida en la Amazonía y en el Planeta.

Firmas:

Amigos da Terra – Brasil

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

Associação Agroecológica Tijupá

Associação Civil Alternativa Terrazul

APACC – Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

APA-TO – Alternativas para a Pequena Agricultura do Tocantins

CEAPAC - Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária

CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

COFRUTA – Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba

Coletivo Jovem Pará

Comissão Quilombola de Sapê do Norte – Espírito Santo

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FASE – Solidariedade e Educação

FAOC – Fórum da Amazônia Ocidental

FAOR – Fórum da Amazônia Oriental

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

FMAP – Fórum Mulheres Amazônia Paraense

FORMAD – Fórum Mato-Grossense pelo Desenvolvimento e Meio Ambiente

Fórum BR 163

Fórum Carajás

FUNDO DEMA

GIAS – Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável do Mato Grosso

GMB – Grupo de Mulheres Brasileiras
IAMAS – Instituto Amazônia Solidária e Sustentável
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará
MAMEP – Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MMNEPA – Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
MMTA-CC – Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade
Movimento Xingu Vivo para Sempre
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais
REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos
RECID – Rede de Educação Cidadã
Rede Cerrado
Rede Alerta contra o Deserto Verde
SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Abaetetuba
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Cametá
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Lucas do Rio Verde – Mato Grosso
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Santarém
Terra de Direitos
UNIPOP – Universidade Popular
Via Campesina Brasil

Belém, 02 e 03 de outubro de 2009

Belém Letter

We are socio-environmental organizations and movements, male and female workers in family and peasant agriculture, agroextractivists, members of *Quilombola* (descendants of runaway slaves) communities, women's organizations, urban grassroots organizations, fishermen and women, students, traditional peoples and communities, and native peoples sharing the struggle against deforestation and for environmental justice in the Amazon and in Brazil at large. We gathered at the seminar "*Climate and Forest - REDD and market-based mechanisms as a solution for the Amazon?*," held in Belém, state of Pará, Brazil, on October 2-3, 2009, to analyze proposals for Reducing Emissions from Deforestation and Degradation (REDD) for the region in the light of our experiences with policies and programs implemented in the region in recent decades. In this letter, we are publicly calling on the Brazilian Government to reject the idea of using REDD as a carbon market-based mechanism and of accepting it as a means to compensate the emissions from Northern countries.

We reject the use of market-based mechanisms as tools to reduce carbon emissions based on the firm conviction that the market cannot be expected to take responsibility for life on the planet. The Conference of the Parties (COP) and its ensuing results showed that governments are not willing to take on consistent public commitments and that they tend to transfer the practical responsibility for achieving (notoriously insufficient) targets to the private initiative. As a result, public investments in and control of compliance with targets falter, while the expansion of a global CO₂ market is legitimized as a new form of financial capital investment and a means to ensure the survival of a failed production and consumption model.

The REDD proposals under discussion do not make any distinction between native forests and large-scale tree monoculture, and they allow economic actors – which have historically destroyed ecosystems and expelled populations from them – to resort to standing forest appreciation mechanisms to preserve and strengthen their economic and political power to the detriment of those populations. In addition, we run the risk of allowing industrialized countries not to reduce their fossil-fuel emissions drastically and to maintain an unsustainable production and consumption model. We need agreements to force Northern countries to recognize their climate debt and to assume the commitment to pay it off.

For Brazil, international climate negotiations should not be focused on discussing REDD and other market-based mechanisms, but rather on the transition to a new production, distribution and consumption model based on agroecology, on a solidarity-based economic approach, and on a diversified and decentralized energy matrix capable of ensuring food security and sovereignty.

The main challenge for addressing deforestation in the Amazon and in other biomes in Brazil lies in solving the serious land ownership problems facing the country, which are at the roots of its socio-environmental conflicts. Deforestation - resulting from the advance of monoculture and of policies that favor agribusiness and a development model based on the predatory exploitation and export of natural resources - can only be avoided if the land issue is appropriately addressed through a Land Reform and sustainable territorial reorganization measures, and if territories occupied by traditional peoples and communities and by native peoples are legally recognized.

We have a different vision on what territory, development and economics are all about, which we are building over time, based on the sustainable use of forests and free use of biodiversity. A set of public policies is necessary for ensuring recognition of and appreciation for traditional practices, on the basis of a balanced relationship between production and environmental preservation.

We are committed to keep on fighting for what we believe in the light of this vision and to make sure that any mechanism for reducing deforestation is based on a comprehensive set of public policies and public and voluntary funds that can ensure our rights and life in the Amazon and on the planet.

Signed by:

Friends of the Earth – Brazil
ANA – National Agroecology Articulation
Tijupá Agroecological Association
Terrazul Alternative Civil Association
APACC – Association in Support of Poor Communities of the State of Pará
APA-TO – Alternatives for Small-Scale Agriculture in the State of Tocantins
CEAPAC - Center in Support of Community Action Projects
CEDENPA – Center for Studies and Defense of Black People of the State of Pará
COFRUTA – Fruit Growers' Cooperative of Abaetetuba
Coletivo Jovem Pará
Sapê do Norte – State of Espírito Santo – Quilombola Committee
CONTAG – National Confederation of Agricultural Workers
CUT – Single Workers' Union
FASE – Solidarity and Education
FAOC – West Amazon Forum
FAOR – East Amazon Forum
FEAB – Federation of Agronomy Students of Brazil
FETAGRI – Federation of Agricultural Workers of the State of Pará
FETRAF – National Federation of Family Agriculture Workers of Brazil
FMAP – Forum of Women of the Amazon in the State of Pará
FORMAD – Forum for Development and Environment of the State of Mato Grosso
BR 163 Forum
Carajás Forum
DEMA FUND
GIAS – Sustainable Agriculture Exchange Group of the State of Mato Grosso
GMB – Group of Brazilian women
IAMAS – Instituto Amazônia Solidária e Sustentável (Solidarity-Based and Sustainable Amazon Institute)
MAB – Movement of People Affected by Dams
Malungu – Coordination of Associations of Communities of Descendants of Runaway Slaves (*Quilombos*) of the State of Pará
MAMEP – Women's Movement of the State of Pará
MMM – World Women's March
MMNEPA – Women's Movement of the Northeast Region of the State of Pará
MMTA-CC – Movement of Working Women of Altamira, state of Pará
Xingu Vivo para Sempre Movement
MST - Landless Movement
RBJA – Brazilian Environmental Justice Network
Brazil Network on Multilateral Financial Institutions
REBRIP – Brazilian Network for the Integration of the Peoples
RECID – Rede de Educação Cidadã (Citizenship Education Network)
Cerrado Network
Network Against Green Deserts
SDDH – Society for the Defense of Human Rights of the State of Pará
STTR - Rural Workers' Union - Abaetetuba
STTR – Rural Workers' Union - Cametá
STTR – Rural Workers' Union - Lucas do Rio Verde – State of Mato Grosso
STTR - Rural Workers' Union – Santarém
NGO Terra de Direitos (Land of Rights)
UNIPOP – Popular University Institute
Via Campesina Brazil

Belém, October 2-3, 2009